

O QUE FOI FALADO NO PLENÁRIO SOBRE 1932

Informativo da Divisão de

Acervo Histórico

ano II – nº 7 – junho/julho de 2016

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



A REVOLUÇÃO DE 1932 SOB O OLHAR DO PARLAMENTO PAULISTA

VETERANOS HOMENAGEADOS PELA COMISSÃO DA MEDALHA

Editorial

Esta é uma edição especial do Informativo do Acervo Histórico. No mês de julho, comemoramos o 84º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932, conflito cuja importância para São Paulo se reflete no nome da sede do Legislativo paulista – Palácio 9 de Julho.

Muito já foi escrito sobre a Revolução de 1932. Segundo uma parte dos historiadores, os combatentes de 32 foram heróis que queriam reconduzir o país a uma ordem constitucional. Outra parte dos historiadores, no entanto, refere-se à Revolução de 32 como uma reação conservadora da oligarquia paulista inconformada com a situação política criada pela revolução de 1930. Abordaremos um pouco desses pontos de vista na seção **Um pouco de história**.

Como já afirmamos em outras edições do Informativo, nossa missão é divulgar os documentos e informações que disponibilizamos nos nossos arquivos para conhecimento e avaliação de nossos leitores.

Assim, ao elaborar uma edição especial do Informativo a respeito da Revolução de 1932, a Equipe do Acervo Histórico se debruçou sobre o material sob nossa guarda. Entre eles estão os documentos da Comissão da Medalha, criada pela Alesp em 1962, a

qual teve por objetivo homenagear os participantes da Revolução. Dentre esses documentos, estão cartas, fotos, diplomas, atestados etc., cuja finalidade era comprovar a participação do voluntário na Revolução. Apresentaremos na seção **Documento em Foco** algumas imagens. Aliás, àqueles interessados informamos que mais desses documentos poderão ser vistos na exposição: “A Medalha da Constituição – visões sobre 1932 na Assembleia Legislativa de São Paulo.

A seção **Na Tribuna**, em que normalmente conhecemos como foi a repercussão no Plenário da Alesp a respeito de diversos assuntos, vamos ressaltar os discursos dos deputados de 1935 a respeito da Revolução de 1932.

E, finalmente, na seção Compromisso com a Memória, traremos extratos da participação dos deputados da Legislatura de 1935 na Revolução de 1932. Muitos dos homens e mulheres que fizeram a Revolução se tornaram deputados em 1935. Veremos como foi essa participação.

Então, caros leitores, tratamos de maneira objetiva um tema já tão falado e discutido, com uma abordagem diferente, divulgando o material do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo a respeito da Revolução de 1932. Boa leitura!



Expediente

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Presidente: Fernando Capez

1º Secretário: Enio Tatto

2º Secretário: Edmir Chedid

Secretário Geral Parlamentar:

Rodrigo Del Nero

Secretário Geral de Administração:

Alexandre Sampaio Zakir

Departamento de Documentação e Informação:

Rodrigo Tritapepe

Divisão de Acervo Histórico:

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

Coordenação editorial:

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

Projeto gráfico e diagramação:

Jair Pires de Borba Junior (Gráfica da Alesp)

Textos:

Mônica Cristina Araujo Lima Horta; Maurícia Figueira; Silmara de Oliveira Lauer; Thalita Ruotolo Gouveia.

Colaboradores: Dainis Karepovs; Roseli Bittar; Sônia Bauer; Thaís Santos Pereira.

Estagiários:

Bruno Pereira; Lorena Jade; Luara Allegretti; Juliana Ramos Derato; Nathália S. Siveri.

Telefones: (11) 3886-6308/6309

E-mail: acervo@al.sp.gov.br

Site: www.al.sp.gov.br/acervo-historico

Tiragem: 400 exemplares

Documento em Foco

Medalha da Constituição – A Comissão da Medalha

A data de 09 de julho de 1932 é conhecida pelos paulistas como início do levante da Revolução Constitucionalista. Após a morte dos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (a quinta vítima, Alvarenga, também foi baleado naquela noite, mas morreu meses depois) em conflitos de rua entre forças paulistas e partidários de Getúlio Vargas, em 23 de maio de 1932, iniciou-se o movimento MMDC. Os paulistas, em especial a elite afastada do poder pela Revolução de 1930, tinham por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil.

Com o objetivo de condecorar os civis ou militares que tenham participado na linha de frente ou na retaguarda da Revolução de 09 de julho de 1932, de enorme importância para o imaginário paulista, foi criada a “Medalha da Constituição”. A homenagem foi instituída por meio da resolução nº 330, de 1962, oriunda do Projeto de Resolução nº 15, de 1959, de autoria do deputado estadual Israel Dias Novaes, da UDN.

Além daqueles que marcharam ao lado do exército constitucionalista, também estariam aptos a receber a honraria os que prestaram serviços como “escoteiros” nos hospitais de sangue e demais serviços de assistência.

De acordo com a resolução, qualquer veterano de 32 interessado na obtenção da medalha deveria solicitá-la ao comandante da unidade em que atuou ou ao dirigente civil sob cujas ordens prestou serviços durante a Revolução Constitucionalista. A partir daí, seria organizado um inquérito com documentos coletados e o histórico da atuação do interessado.

A Comissão da Medalha, constituída na Assembleia Legislativa por seu presidente e presidida por seu primeiro secretário, teria a incumbência de receber a documentação dos veteranos através dos comandantes militares ou civis da Revolução de 1932, enquanto partes legitimadas para propor a concessão da medalha. Após o recebimento dos dossiês, a Comissão da Medalha deveria manifestar-

se sobre os documentos a fim de verificar a efetiva participação dos ex-combatentes no evento, e, posteriormente, propor a concessão da medalha.

Em 1981, a resolução nº 630 instituiu uma nova homenagem aos veteranos de 32, a “Medalha do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932”, oriunda do Projeto de Resolução nº 57, de 1980, de autoria do deputado estadual Goro Hama, do PMDB. A nova resolução reproduziu o texto da norma anterior, que instituiu a Medalha da Constituição, contudo, sem substituí-la.

Destaca-se ainda que a Comissão da Medalha da Constituição, na Assembleia Legislativa, efetuou os estudos referentes à forma, dimensões, desenhos e fita de ambas as medalhas, da Constituição e do Cinquentenário.

Na prática, a documentação apresentada pelos veteranos a partir de 1962 não se ateu aos rigores previstos na resolução. A comprovação da resolução se fazia majoritariamente com a juntada de uma certidão fornecida pela Sociedade “Veteranos de 1932 – MMDC”. Mas, na falta desta, é comum encontrar nos processos documentos diversos com o intuito de comprovar a participação do interessado nos esforços da Revolução Constitucionalista. Entre estes, há fotos, recortes de jornais, carteiras profissionais ou de regimentos, cartas trocadas durante a participação da Guerra, entre outros.

Esta rica documentação enviada pelos veteranos ao longo dos anos compõe um pedaço da História de São Paulo e foi catalogada pelo Acervo Histórico da Assembleia Legislativa em 2015. Sob nossa custódia, há aproximadamente 10 mil processos de veteranos de 32 solicitando a Medalha.

Todos estes documentos estão sendo higienizados pelo Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo) através do método inovador de irradiação de Cobalto-60, a fim de conservar e preservar estes fragmentos da memória paulista, disponíveis para pesquisadores, interessados e também familiares que procuram a Assembleia a fim de saber se há registros de seus entes queridos.



Foto apresentada por Francisco Orlando Giraldi em 1968, com seta indicando sua presença entre os oficiais de Catanduva. (processo 5392/68).



Algumas das fotos apresentadas por Jordano Gottardi em 1966, a fim de comprovar sua atuação entre os combatentes (processo 513/66).



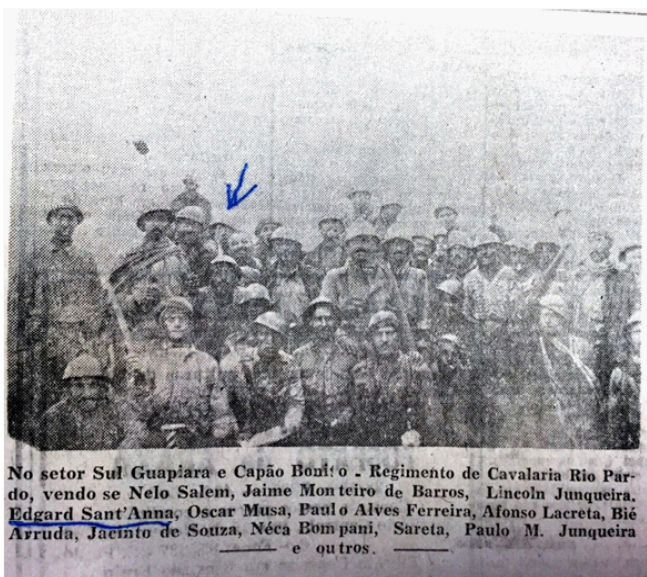
Foto apresentada por Aureliano Teixeira a fim de comprovar sua participação na Revolução de 32 (processo 4091/67).



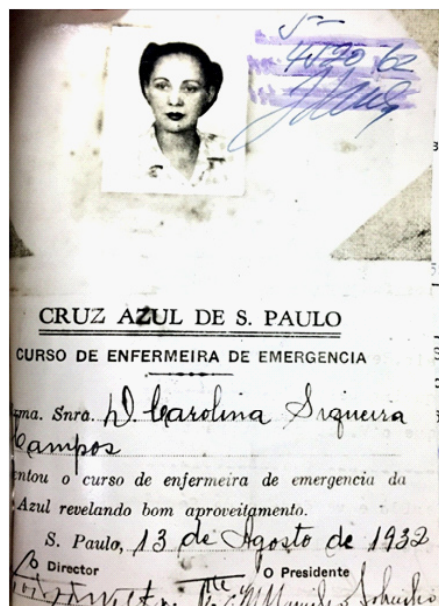
Foto apresentada por Antonio Furlan Jr. em 1966, com um X destacando sua presença entre os demais combatentes (processo 631-66).



Foto apresentada pelo Dr. Jorge Americano em 1966, para comprovar sua atuação enquanto médico na Revolução (processo 3301/66).



Dois recortes de jornal utilizados para comprovar a participação de Edgar Sant'Anna no exército constitucionista de 1932 (processo 5653/63).



Esther Brasiense, Mellita L. Brasiense e Carolina Siqueira Campos (da esq. Para a dir.). As três apresentaram, junto de suas fotos, documentos comprovando sua atuação como enfermeiras na Revolução Constitucionalista de 1932. (processos 545-69, 544-69 e 4520-62, respectivamente)



Medalha do Cinquentenário



Medalha da Constituição



Cartão de identidade de Alfredo de Salles Oliveira Netto enquanto participante da Cruzada dos Escoteiros. Apresentado para comprovar sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932 (processo 12921/63).

Aparecida, 22 de agosto de 1932.

Meu caro esposo
Saudades.

Faço votos para que esta te encontre forte e disposto. Graças a Deus passamos regularmente.

Já te escrevi muitas cartas e não obtive resposta. Recebeste as ou não?

Se poubesses como fico triste com a tua falta de notícias. Mesmo que seja num pedacinho de papel o teu nome escrito aconyte, me satisfaz. Sei que não tens tempo mas isso me da custa.

Vim trabalhar porque as costuras em Botucatu estavam escasse.

ando-se com as partidas dos Batalhões e mal chegavam para as professoras dos Grupos que estão ocupados.

Estou melhor de nervos, estou tomando remédios e injeções que Dr. Edmundo me receitou.

Mamãe veio comigo e fica uns oito dias aqui. Chegamos ontem. Quem sabe se Deus nos ajudará que termine estes dias a luta, para a felicidade de todos nós.

O pessoal daqui envia-te muitas saudades. Encontraste ali alguns Aparecidenses? Soube ontem quando cheguei que alistaram-se 20 e requiriram para as frentes de combate.

Recebemos carta de Romeu dia 12.

Salvo o encontre por essas bandas. Escrevem-nos de Silveiras porém já tivemos notícias por um amigo dele que já está em Cruzeiro.

O diretor Sr. Luiz Barbosa requiriu à Itapetininga a ofício ao Delegado do Ensino que ia apresentar-se em S. Paulo. Será verdade? Medroso como é! Certo que ficará prestando serviços onde não cheguem as balas!?

D. Maria, agora passa bem.

Terminando, envio-te saudades de todos os nossos.

Abraça e beija-te com muitas saudades a tua

Dioga.

Algumas páginas das cartas trocadas entre o ex-combatente Arthur Bertone e sua esposa Dioga. Apresentadas à Comissão da Medalha em 1966 (processo 644-66).



Diploma Medalha da Constituição



Diploma Medalha do Cinquentenário

Um pouco de história

1932 – uma revolução conservadora ou progressista?

Ancorado nas tradições e mitos de seu passado, cristaliza-se um entendimento generalizado de que São Paulo ingressara numa era de restrições e humilhações, após a Revolução de 1930, o que favoreceu a canalização da revolta que eclodiria no Estado.

Da Tribuna do Senado de São Paulo, em 1929, proclama o senador estadual Candido Motta:

A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal, essa organização híbrida e heterogênea, que Jean Gachon chamaria com justa propriedade – uma garrafa vazia com rótulo vistoso - não é contra o ilustre dr. Júlio Prestes. Contra ele, até o presente, nada pode, porque nada teve a articular. É contra o nosso sempre querido e glorioso Estado!

E isso não é de hoje.

Vem de longe, atestava já em 1924 um brilhante e insuspeito escritor, conhecer profundo da vida política brasileira, “vem de longe os processos da obrigatória sistemática contra S. Paulo, seus filhos e suas tradições, agora atualizados sob novas maneiras de maledicência por parte, não já de estrangeiros, mas dos próprios brasileiros!”

É, portanto, a são paulophobia de todos os tempos, a eterna ojeriza contra a nossa tenacidade na luta, incruenta ou não, pela vida nacional; a imperecível inveja de certos espíritos mesquinhos contra o nosso deslumbrante progresso, que, no fim de contas, deveria ser motivo e orgulho para todo o Brasil, de que é parte integrante, ou, como melhor disse o deputado Sylvio de

Campos – de que é um resumo e, por isso mesmo, uma expressão completa.

Sim: S. Paulo é o Brasil em miniatura, ou ainda, como já havia dito o deputado Roberto Moreira numa brilhante conferência realizada no Centro Paulista, do Rio, em 1926, sem que as suas palavras causassem então o mínimo escândalo: “Ide a S. Paulo porque lá se encontrarei o Brasil.

Serão suspeitos os srs. Sylvio de Campos e Roberto Moreira?

Concedamos. Mas o será também o ilustre senador Irineu Machado, quando, falando a uma folha carioca, disse:

“A reação contra a candidatura de Prestes representa, não um gesto contra o presidente de S. Paulo, mas um movimento contra S. Paulo, que se levantará, porque isto representa um gesto de legítima defesa dos seus próprios interesses, o café, as indústrias e o comércio!” **(Discurso do senador estadual Candido Motta, Anais do Senado do Estado de São Paulo – 43ª Sessão Ordinária, em 23 de setembro de 1929)**

A REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO PELO BRASIL...

No dia 9 de julho de 1932, o Interventor Pedro de Toledo telegrafava a Getúlio Vargas:

Esgotados os meios que ao meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição desta Região ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu povo.

Começava a Revolução Constitucionalista! Tropas da 2ª Região Militar e da Força Pública de São Paulo, comandadas por Isidoro Dias Lopes e Euclides Figueiredo levantaram-se contra o Governo Provisório.

São Paulo levantou-se em armas em 9 de julho de 1932 para livrar o Brasil de um governo que se apossaria de sua direção por efeito de uma revolução ... e se perpetuava

indefinidamente no poder, esmagando os direitos de um povo livre ... que trazia o sempre glorioso São Paulo debaixo das botas e do chicote do senhor! **(Discurso proferido em Santos pelo combatente-médico Adhemar Pereira de Barros, que governaria São Paulo por três vezes, sobre a Revolução de 1932)**

...OU UM MOVIMENTO CONSERVADOR DE INSPIRAÇÃO OLIGÁRQUICA?

Se todos os motivos apontados e analisados improcedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo? Só uma explicação é possível. A ambição do poder, caracterizada por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado, recuperar posições e reaver as prerrogativas que lhes permitiram delapidar o erário do povo brasileiro, mediante todas as formas de corrupção administrativa imagináveis. (...)

Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelido pela energia renovadora da revolução triunfante de 1930. No Brasil renascente, esta revolta constitui a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica, sustentáculo dos clãs familiares, cujos reprováveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos, feitos ao sabor dos apetites e segundo a conveniência dos poderosos do momento **(MANIFESTO do Exmo Sr. Dr. GETÚLIO VARGAS, Chefe do Governo Provisório, ao POVO PAULISTA, em 20 de Setembro de 1932 – Biblioteca da Presidência da República)**

Sob o intuito de desvendar os discursos de poder que marcam a memória do confronto de 1932, a historiografia concentrou seus esforços em diretrizes opostas. Entre tais estudos, correm livremente duas versões predominantes, que retratam o antagonismo do conteúdo do conflito.

Uma visão triunfalista, marcada por uma insistência em caracterizar o levante como resultado da unidade de todos os paulistas, sem distinção de classe, em torno da defesa da autonomia estadual e dos princípios liberais de organização do Estado, que recorre à visão paulista liberal reforçando e buscando em sua consciência a certeza de ter lutado contra a ditadura, em nome do direito, da lei e da Constituição.

A outra versão apresenta o movimento constitucionalista como um movimento reacionário e contra-revolucionário. Para eles, os combates inaugurados em 9 de julho constituem uma reação conservadora da oligarquia paulista – que na companhia de Minas Gerais detivera a hegemonia política do país durante boa parte da Primeira República – inconformada com a nova situação política criada pela revolução de 1930.

As dificuldades e os desafios inerentes à abordagem do enfrentamento que contrapôs, em 1932, as forças militares e civis insurretas de São Paulo e as tropas leais ao Governo Provisório de Getúlio Vargas abrigam compreensões demasiado distintas a respeito das motivações e da natureza do confronto.

Como vimos pelos discursos acima transcritos, o enfrentamento ora é tido como uma reação exclusiva de elite paulista armada de ideais liberais-autonomistas e sem a preocupação com os interesses das classes populares; ora como o despertar geral de um povo que se vira à iminência de reivindicar belicamente a Constituição e a democracia diante do malogro de Getúlio Vargas em satisfazer suas necessidades.

A partir dos anos 1980, com a redemocratização, vem ampliando o campo dos analistas que exaltam a revolução constitucionalista como um movimento de mobilização popular em prol da democracia. Embora reconheçam a evidente ação participativa das elites paulistas nos eventos políticos resultantes da Revolução de 1930, sustentam que suas bandeiras de luta somente encontraram ressonância na sociedade paulista porque já existia uma estrutura cultural propícia ao seu implemento.

Para esses autores, a imagem de 32 como um movimento de inspiração popular, contra a ditadura, em defesa das liberdades democráticas e em favor da legalidade só se tornou possível por consequência

da conquista e apropriação de valores, aspirações e tensões do imaginário paulista.

O destino confiara a São Paulo a construção da nação e este a honrara, historicamente, por meio das ações dos seus filhos. O imaginário social acerca do passado glorioso de São Paulo foi demasiadamente importante para alimentar os sentimentos de revolta e orientar as ações direcionadas à retomada do poder nacional.

Assim, os paulistas do presente congregavam-se como descendentes diretos de um passado glorioso, habitado pelo Padre Anchieta e os “desbravadores bandeirantes”, cuja missão lhes deixara por herança; ideais encorajadores para mobilizarem-no a enfrentar as adversidades de seu tempo na “construção da nação”.

Pedro de Toledo, no dia 10 de julho de 1932, pouco depois de ser aclamado governador de São Paulo, como uma das primeiras medidas da guerra que fora iniciada no dia anterior, afirmava em seu comunicado à nação que: “São Paulo não tem outra inspiração senão a ordem legal, a paz, o trabalho, dentro da grande pátria brasileira, una e indivisível, governada pelo voto livre de todos os brasileiros.” (DONATO, Hernani. História da Revolução de 1932. São Paulo: IBRASA, 2002, p. 92)

Apesar da derrota paulista em sua luta, dois anos após o levante, em 1934, uma assembleia eleita pelo povo promulga o nova Constituição.

Na tribuna da Assembleia, a visão predominante é a do triunfalismo, como veremos na seção **Na Tribuna**. Os deputados de 1935, ano em que a Assembleia reabriu, após ser fechada em 1930, referem-se à Revolução como “epopeia magnífica”, que terminou com a “vitória moral, nas armas” e a “vitória moral, nas urnas”; e repercutiam os laços entre a promulgação da Constituição e o sacrifício de “vidas preciosas”.

A própria homenagem aos mortos anônimos, a indivíduos pouco ou nada célebres, seria revestida de um sentido democrático preciso, pois encenava a deferência de todo o corpo político regional aos indivíduos que haviam se sacrificado pela causa da constitucionalização.

Embora politicamente derrotados da Revolução de 1932, os liberais paulistas e de outros estados sabiam que a definição do jogo se daria em 1933, com a Constituinte.

Compromisso com a memória

A participação de deputados de 1935 na Revolução de 1932

Vinte e quatro de maio de 1932. Um dia após a morte de Miragaia, Martins, Dráuzio e Camargo, é fundado o MMDC, organização baseada no voluntariado que planejou e coordenou a Revolução Constitucionalista de 1932. Entre os homens que fundaram o MMDC, estavam Francisco Mesquita, Alberto Americano, Carlos de Souza Nazareth e Antônio Carlos Pacheco e Silva. Em 1935, eles se tornariam deputados estaduais por São Paulo.

Quando estourou a Revolução, em 9 de julho de 1932, a Alesp estava fechada. Desde 1930, por imposição do Governo Provisório de Getúlio Vargas, não havia legislativos municipais, estaduais ou federal. Todos pediam uma nova Constituição. Em 1934, finalmente, foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte. Ter sido voluntário na Revolução de 1932, na época, era sinônimo de bravura, de amor a São Paulo. Assim, grande parte dos que tomaram assento na Assembleia Legislativa de São Paulo tinha participado da Revolução, seja nos campos de batalha, seja nos bastidores da revolta. Muitos chegaram a ser presos. Alguns tinham voltado recentemente ao Brasil, depois de terem sido exilados por causa da participação na Revolução.

A participação dos deputados de 1935 na Revolução de 1932 se deu das mais diversas formas.

Desde antes da revolução propriamente dita, ao fundar o MMDC; durante a revolta, nos campos de batalha; posteriormente, dando assistência aos paulistas que foram presos pelo governo.

As eleições de 1935 foram as primeiras a eleger mulheres. As três mulheres que tomaram posse na legislatura de 1935 foram voluntárias em 1932. Francisca Pereira Rodrigues fez discursos conclamando os paulistas pelo rádio, nos quartéis e em praça pública e organizou a Federação dos Voluntários. Maria Thereza Nogueira de Azevedo trabalhou na assistência e provimento das tropas. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo imprimiu, em sua gráfica, boletins da Revolução, produziu granadas de mão e contribuiu com a campanha de fornecimento de roupas para os soldados.

Entre os deputados de 1935, médicos se tornaram soldados durante a Revolução. Advogados viraram tenentes. Outros advogados ocuparam a Companhia Telefônica. Pilotos sobrevoaram cidades, distribuindo boletins da revolução. Farmacêuticos coordenaram esquadrões de cavalaria.

A seguir, vamos ver um quadro com um resumo da participação de alguns deputados e deputadas da legislatura de 1935 na Revolução Constitucionalista de 1932.



Alarico Franco Caiuby
Partido Constitucionalista.

Formado em Direito, foi um dos fundadores do MMDC. Ingressou no Batalhão Saldanha, lutando na Fazenda Santa Rita e Sant'Anna dos Tocos, no Setor Norte. Depois foi para Mogi-Mirim e Araras, onde comandou um grupo de bombardas na 1ª Cia. de Assalto do MMDC. Chegou ao cargo de major comandante da praça Araras.

Elias Machado de Almeida
Partido Constitucionalista

Em 9 de julho ocupou a Companhia Telefônica, juntamente com o Dr. Joaquim Celidônio e outros paulistas. Alistou-se como soldado do batalhão "Piratiniga". Logo foi requisitado pelo comando geral das tropas e nomeado delegado técnico de Santos, de onde subiu para lutar no setor de Amparo.





Alfredo Ellis Júnior
Partido Republicano Paulista

Foi voluntário da Liga de Defesa Paulistana no setor de Cunha. Chegou a ser ferido na Revolução.



Edgard de Novaes França
Partido Constitucionalista

Foi soldado do 3º Batalhão, tomando parte no combate de Gravy. Foi feito prisioneiro e enviado para a Ilha Grande.



Francisco Vieira
Partido Constitucionalista

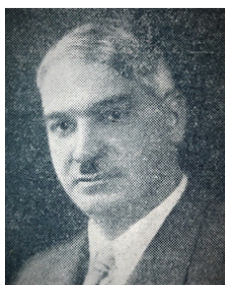
Foi soldado em Pouso Alegre. Posteriormente, em Eleutério, tornou-se major. Foi investido no comando do esquadrão de cavalaria no setor de Campinas.



Francisco Mesquita
Partido Constitucionalista

Um dos fundadores do MMDC, lutou na Revolução Constitucionalista ao lado do irmão, Julio de Mesquita Filho.

Foi soldado no batalhão de Voluntários de Piratininga. Os dois foram presos e exilados em Portugal, de onde voltaram quando Getúlio Vargas decretou anistia geral.



Joaquim Amaral Mello
Partido Constitucionalista

Alistou-se no regimento de engenharia do MMDC. Classificado no posto de 1º-tenente e, posteriormente, no posto de capitão. Seguiu

para Taubaté no comando de uma companhia em operações de guerra. Foi comissionado no posto de major comandante do batalhão.

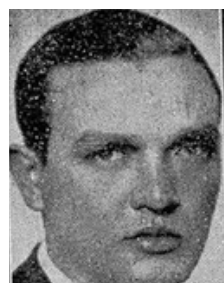
Adhemar de Barros
Partido Republicano Paulista



Alistou-se na 2ª Divisão de Infantaria como segundo tenente-médico da reserva, atuando nas praças de Lorena e Aparecida, onde foi promovido a capitão. Com a derrota da Revolução, exilou-se primeiramente no Paraguai e, depois, na Argentina.

Alberto Americano
Partido Republicano Paulista

Foi um dos fundadores do MMDC.



Albino Camargo Netto
Partido Constitucionalista

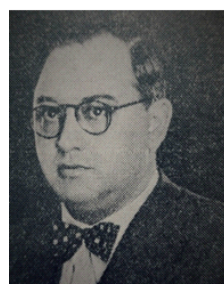
Instituiu o Centro Paulista pró-Constituinte, de que foi vice-presidente durante todo o período revolucionário.



Aristides de Macedo Filho
Partido Constitucionalista

Trabalhou como Chefe do Almoxarifado do MMDC. Coordenou os serviços de abastecimento do setor Sul e, posteriormente, do setor Norte.

Foi representante do Serviço de Abastecimento das Tropas em Operação no setor da Mogiana, com sede em Casa Branca, abastecendo as tropas em operações através das delegacias técnicas de Casa Branca, Mococa, Caconde, São José do Rio Pardo, Vargem Grande, São João da Boa Vista e Palmeiras. Ffinda a

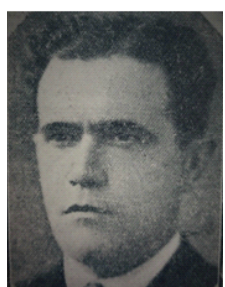


revolução, colaborou com a Associação Comercial no serviço de assistência aos prisioneiros paulistas que regressavam da Ilha Grande.



Almeirindo Meyer Gonçalves
Partido Constitucionalista

Participou da Revolução de 1932 na Cruzada Ginásial Paulista e nos serviços instituídos pelo Departamento de Munições da Escola Politécnica.



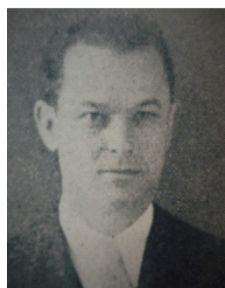
Américo Maciel de Castro
Júnior
Partido Constitucionalista

Formado em Medicina, atuou como capitão-médico no Setor de Rifaina e Túnel.



Antenor Soares Gandra
Partido Constitucionalista

Formado em Medicina. Alistou-se como soldado na Frente Sul. Foi nomeado capitão-médico-chefe de Serviço na Frente Norte, de Delfim a Bom Sucesso.



Benedicto Montenegro
Partido Constitucionalista

Formado em Medicina. Foi tenente-coronel médico Chefe da Unidade Cirúrgica Itália, unidade cirúrgica constituída por seis caminhões-ambulância.

Foi presidente da Federação de Voluntários. Presidiu a Comissão Pró-Monumento, criada em 1935 para angariar fundos para a construção de um monumento em homenagem aos mortos na Revolução de 32.

A respeito da Revolução, Benedicto Montenegro relatou: “presenciamos visões aterradoras das cenas

de combate com o rugir dos canhões, o estourar das granadas, o matraquear das metralhadoras, o silvo das balas de fuzil, o estrondo das bombas dos aviões, tudo confundido numa ação destruidora, infernal, resultando no esfacelamento de parte do que São Paulo possuía de mais precioso para a garantia do seu futuro e da sua sobrevivência – a sua mocidade.”

Arlindo de Camargo Pacheco – deputado classista, representante dos empregadores do Comércio e Transportes

Foi diretor do Departamento de Assistência às Famílias dos Combatentes.

Antônio Carlos Pacheco e
Silva
Partido Constitucionalista



Um dos fundadores do MMDC, foi nomeado membro do Conselho Geral do MMDC. Formado em Medicina, organizou um Centro de Inspeção de Saúde, por onde passavam voluntários destinados aos batalhões.

Aristides Bastos Machado
Partido Constitucionalista

Formado em Engenharia Civil. Durante a Revolução de 32, era prefeito de Santos, atuou dando assistência às tropas em operação na cidade.



Cândido Motta Filho
Partido Constitucionalista

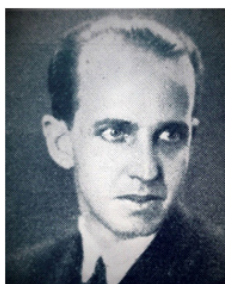
Incorporou-se a um dos batalhões da Brigada Sul no posto de 1º-tenente, no serviço de rádio e publicidade, depois como oficial de ligação e, finalmente, como oficial de gabinete do governador Pedro de Toledo.





Alfredo Cecílio Lopes
Partido Constitucionalista

Atuou na Revolução como auxiliar técnico da Federação das Indústrias e também como engenheiro do Instituto de Engenharia.



Carlos de Moraes Barros
Partido Constitucionalista

Atuou na Frente Norte, onde dirigiu os serviços do Trem Blindado, que operou nas zonas de Queluz e Lorena.



Carlos Cyrillo Júnior
Partido Republicano Paulista

Foi preso por colaborar com a Revolução de 1932 e deportado para Lisboa.



Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho
Partido Constitucionalista

Foi enviado ao Rio Grande do Sul, antes da Revolução, com a missão de combinar com a Frente Única riograndense a colaboração na Revolução. Na noite de 9 de julho, foi incumbido de ir à Força Pública angariar armas para os civis que se encontravam na Faculdade de Direito. Na mesma noite, foi incumbido pelo comando do movimento de ocupar a Companhia Telefônica e as estações de rádio. Fez parte do comitê organizador do Movimento Constitucionalista. No período preparatório, dirigiu as zonas da Noroeste e Alta Paulista. Deflagrado o movimento, tomou parte na direção do MMDC. Pertenceu ao Estado Maior do General Klinger. No fim de julho, organizou um esquadrão de cavalaria de 250 homens na região do

Carapuça e nos Campos de Bocaina, na região de Silveira. Foi nomeado Capitão.

José Augusto de Souza e Silva
Partido Constitucionalista

Foi membro da Comissão Municipal do MMDC em Jaú, durante a Revolução de 1932.



José Bastos Cruz – Partido Republicano Paulista

Diretor clínico da Santa Casa de Avaré. Durante a Revolução de 1932, fez do lugar um hospital para socorrer os soldados constitucionalistas.

Leonel Benevides de Rezende
Partido Constitucionalista

Foi um dos chefes do Estado Maior da Seção do Interior do MMDC.



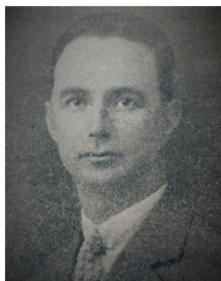
José de Toledo Piza – deputado classista, representante dos funcionários públicos Serviu como capitão-médico.

Carlos de Souza Nazareth
Partido Constitucionalista

Como Presidente da Associação Comercial de São Paulo, conseguiu com que o comércio fechasse as suas portas, formando nas ruas, ao lado das demais classes sociais, o chamado “Caso São Paulo”. Carlos Nazareth foi um dos oito civis que acompanharam os militares que tomaram conta do Quartel General da II Região Militar. Sob sua direção, a Associação Comercial criou 18 departamentos de guerra, entre os quais o da Campanha do Ouro e Capacete de Aço. Foi Diretor



Geral de Abastecimento do MMDC. Com o fim da Revolução, foi preso no dia 8 de outubro de 1932, no Rio de Janeiro. Um mês depois, foi exilado para Lisboa.



Celso Torquato Junqueira
Partido Constitucionalista

Como prefeito de Orlândia na época da Revolução de 1932, implantou medidas para arrecadar fundos para a guerra, organizando a doação feita por fazendeiros de Orlândia e região de cavalos da raça mangalarga para o movimento.



Henrique Smith Bayma
Partido Constitucionalista

Combateu como soldado do 7º Pelotão do Batalhão Piratininga, que atuou na frente de Bianor, em Queluz e Vila Queimada. Com a queda de Morro Pelado, foi feito prisioneiro e removido para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro.



Clóvis de Paula Ribeiro
Partido Constitucionalista

Tomou parte na organização dos serviços criados pela Associação Comercial de São Paulo. Foi membro da Comissão Executiva da Campanha do Ouro. Fez parte também do Departamento do Capacete de Aço.



Maria Thereza Nogueira de Azevedo
Partido Constitucionalista

Representante de Campinas, notabilizou-se pelos serviços prestados à resistência feminina

na Revolução de 32. Trabalhou em atividades de assistência e provimento. Fundou e secretariou a Associação Cívica Feminina e a União Feminina Paulista, ligadas à campanha da Chapa Única, além de integrar a comissão do monumento a Anchieta e o Conselho Consultivo da Faculdade Paulista de Medicina. Depois da Revolução, tornou-se presidente do Departamento Feminino do Partido Constitucionalista.

Maria Thereza Silveira de Barros Camargo
Partido Constitucionalista



Na Revolução de 1932, trabalhou no Curso de Enfermagem e Hospital do Sangue de Limeira e na Assistência às Famílias dos Voluntários, contribuindo na campanha de fornecimento de roupas aos soldados. Imprimiu em sua gráfica os boletins da revolução constitucionalista, que eram vendidos em Limeira e região. Produziu corpos de granadas de mão.

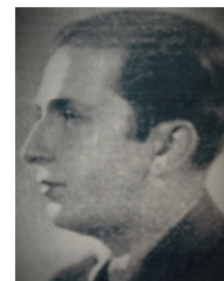
Cory Gomes de Amorim
Partido Constitucionalista

Foi comandante do Batalhão Diocesano de Botucatu.



Dante Delmanto
Partido Constitucionalista

Foi 1º-tenente às ordens do Comandante Romão Gomes, tendo operado no setor de Casa Branca, Mococa, Caconde e São José do Rio Pardo.





Ismael Torres Guilherme
Cristiano
Partido Republicano Paulista

Foi um dos idealizadores do Movimento Constitucionalista de 1932. Médico e piloto, recebeu a incumbência de tomar o Campo de Marte. Voou em missões de guerra, tendo sido o primeiro aviador constitucionalista a sobrevoar o Rio de Janeiro, onde espalhou boletins da revolução.

Diógenes Augusto Ribeiro de Lima
Partido Republicano Paulista

Foi subcomandante do Batalhão Bahia.



Monsenhor Domingos
Magaldi
Partido Constitucionalista

Colaborou no MMDC de Sorocaba. Rezava missas na Catedral Metropolitana de Sorocaba antes do embarque de homens para a batalha.



Epaminondas Ferreira Lobo
Partido Republicano Paulista

Foi 2º-tenente no 1º Batalhão de Caçadores Voluntários.



Ernesto de Moraes Leme
Partido Constitucionalista

Alistou-se como voluntário no Batalhão Piratininga.

Eugênio de Toledo Artigas
Partido Constitucionalista

Foi 2º-tenente combatente na Coluna Romão Gomes. Foi promovido a 1º-tenente, recebendo o comando militar da cidade de Mococa. Finda a Revolução, foi um dos fundadores da Federação dos Voluntários.



Francisca Pereira Rodrigues
Partido Constitucionalista

Fez discursos de propaganda pelo rádio, nos quartéis e em praça pública, conclamando os paulistas para as tropas e serviços auxiliares. Foi uma das organizadoras da Federação dos Voluntários.



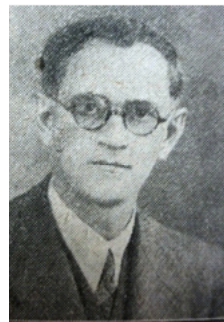
Henrique Neves Lefèvre
Partido Constitucionalista

Subchefe da seção de Engenharia do MMDC, organizador do 1º Regimento de Engenharia do MMDC e membro da Comissão de Engenharia da CIDT, Comissão Inspetora das Delegacias Técnicas, órgão que coordenava a comunicação entre autoridades municipais e o Comando Militar Revolucionário.



José Augusto de Souza e
Silva
Partido Constitucionalista

Foi membro da Comissão Municipal do MMDC em Jaú, durante a Revolução de 1932.



José Bastos Cruz
Partido Republicano Paulista

Diretor clínico da Santa Casa de Avaré. Durante a Revolução de 1932, fez do lugar um hospital para socorrer os soldados constitucionalistas.

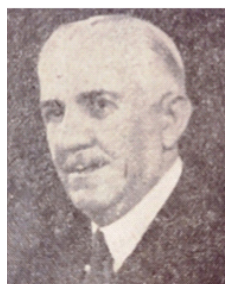
Tarcísio Leopoldo e Silva
Partido Republicano Paulista

Prestou serviços médicos à Força Pública do Estado de São Paulo durante a Revolução.



Leonel Benevides de
Rezende
Partido Constitucionalista

Foi um dos chefes do Estado Maior da Seção do Interior do MMDC.



Manfredo Antônio da Costa
Partido Constitucionalista

Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 como encarregado da direção geral da Repartição dos Correios e Telégrafos.



Monsenhor Luiz Fernandes
de Abreu
Partido Republicano Paulista

O Monsenhor Luiz Fernandes de Abreu participou ativamente da Revolução de 1932 como capelão das tropas de São Paulo.

Foi Capelão do Batalhão 23 de Maio da Força Pública de São Paulo. Ao fim da revolução foi preso, condenado e recolhido em prisão no Rio de Janeiro até dezembro do mesmo ano.

Paulo Alpheu Monteiro
Duarte
Partido Constitucionalista



Serviu no Estado Maior do General Klinger no começo da revolução. Posteriormente, seguiu para a zona norte do Estado. Enviado pelo coronel Euclides de Figueiredo para a frente de Salto, ali chegou quando as tropas constitucionalistas sofriam os primeiros reveses da campanha. Comandou a frente de Bianor, ali permanecendo até a tomada de Queluz e retirada para Vila Queimada. Ferido pela primeira vez em Lavrinhas, permaneceu até a queda desta localidade, quando os constitucionalistas se retiraram também de Cruzeiro para Lorena, quando foi novamente ferido por estilhaços de granada. Comandou depois o Trem Blindado até o fim da campanha. Foi preso quando fugia em uma pequena embarcação, já nas costas de Santa Catarina. Foi exilado em Portugal e posteriormente Paris, onde permaneceu até fins de 1933.

Mariano de Oliveira Wendel
Partido Republicano Paulista



Com a patente de Major, comandou toda a produção de explosivos para a Tropa Revolucionária. Foi o responsável pela reativação da fábrica de explosivos do município de Piquete.

Oscar Cintra Gordinho
Partido Constitucionalista



Médico-chefe do Hospital de Urologia de Taubaté, colaborou com a campanha na sua especialidade profissional.



Oscar Pirajá Martins
Partido Constitucionalista

Médico da Santa Casa de São João da Boa Vista por ocasião da Revolução de 1932, serviu na ambulância cirúrgica da Coluna Romão Gomes.

Doou verba para a compra de capacetes de aço para os soldados. Finda a revolução, fundou na cidade de São João da Boa Vista a Federação dos Voluntários, da qual foi o primeiro presidente.



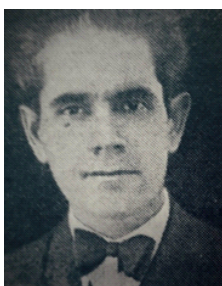
Reginaldo Fernandes Nunes
Partido Constitucionalista

Participou da Revolução de 1932 em São Carlos, onde assumiu a chefia da Guarda Civil.



Renato Bueno Netto
Partido Constitucionalista

Serviu como 2º-tenente no Batalhão de Catanduva.



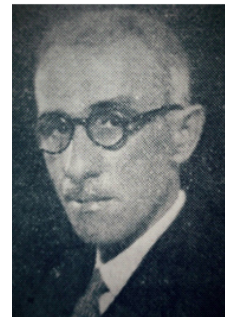
Romão Gomes
Partido Constitucionalista

Formou-se em 1922 na Escola de Oficiais da Força Pública de São Paulo. Em 1932, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de

São Paulo. Comandou o setor da Linha Mogiana na Revolução de 1932, na coluna que levou seu nome. Conquistou várias cidades. Foi promovido por duas vezes durante a Revolução, chegando ao posto de tenente-coronel. Terminada a revolução, foi exilado em Portugal, onde permaneceu quase um ano.

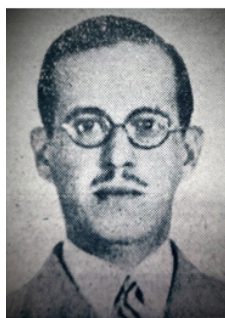
Valdomiro Silveira
Partido Constitucionalista

Um dos líderes civis da Revolução de 1932 fazendo pronunciamentos no rádio e na imprensa. Terminada a revolução, foi o fundador e presidente do núcleo local da Federação dos Voluntários de São Paulo.



Sylvio de Andrade
Coutinho
Partido Constitucionalista

Prestou serviços na seção de transportes da Frente Norte.



Cássio da Costa Vidigal
Partido Constitucionalista

Durante a Revolução Constitucionalista, acumulou as funções de prefeito municipal, delegado técnico e representante do Serviço de Abastecimento das Tropas em Operação de Igarapava.



Na Tribuna

O que foi falado no plenário da Alesp, em 1935, a respeito da Revolução Constitucionalista

A seção Na Tribuna pretende resgatar pronunciamentos de deputados a respeito de diversos assuntos. Em 1932, o Poder Legislativo de todo o País se encontrava fechado como resultado da chamada Revolução de 1930. Nesta edição comemorativa, destacamos o que foi falado na tribuna do Legislativo Paulista em 1935, ano em que a Assembleia reabriu, a respeito da Revolução Constitucionalista.

O **Deputado Laerte Teixeira de Assumpção**, ao ser empossado Presidente da Assembleia Constituinte estadual, ressaltou que a Constituinte foi fruto da Revolução de 32:

Assim instalada, prepara-se agora esta Assembleia para restituir a São Paulo os moldes e as garantias do regime constitucional. todos de S. Paulo e por S. Paulo. **(33ª Sessão Ordinária, em 23 de maio de 1935 – Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 1, p. 367)**

A Constituição Estadual foi promulgada em 9 de julho, data comemorativa em homenagem ao início da Revolução. Dias antes da promulgação, o Deputado **Henrique Bayma**, que se alistou como soldado e foi preso por participar da Revolução, afirmou.

Sr. Presidente, estamos a poucos dias da grande data paulista, direi melhor, da grande data brasileira que é 9 de julho. Ninguém nega que o movimento de São Paulo fez a constitucionalização do país. E o povo de São Paulo quer festejar o 9 de julho com a promulgação da sua Constituição. É dever imperioso desta Assembleia fazer que São Paulo, nesse dia, possa colher as recompensas do seu sacrifício. **(67ª Sessão Ordinária, em 3 julho de 1935 – Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 2, p. 358)**

A nação inteira, neste momento, tem os olhos voltados para os trabalhos das assembleias constituintes que se vão inaugurando em seus Estados, e deseja colher os estímulos de paz e exemplos de ordem que lhes possam oferecer os brasileiros sinceros.

Na hora em que se processa, ou se procura processar esse largo movimento de restauração constitucional, e quando já se esboça, no cenário do país, o pensamento de aproximação entre os brasileiros, sentem-se felizes os paulistas em rememorar os seus esforços e o seu devotamento pela implantação da lei na vida nacional.

Reveste-se, pois, de significação especial a instalação da presente Constituinte, sobretudo quando se considera que ela é um

Ainda dias antes da promulgação, o Deputado Valdomiro Silveira afirmou em seu discurso que a Constituinte foi consequência das lutas dos soldados de 32 e ressaltou a importância de construir um monumento em homenagem a esses soldados:

Estamos chegando aos últimos momentos dos nossos trabalhos constituintes e, para que tivéssemos chegado a este ponto, foi preciso que o estado se convulsionasse e que lançássemos em campo todas as energias morais que nos assistiam.

Foi a esse tempo que a nossa mocidade se pôs toda ao nosso lado, fazendo o que podia e o que não podia, porque a mocidade de São Paulo não conheceu impossíveis. Agora, que esse trabalho, devido em grande parte ao soldado constitucionalista de 32, está chegando a termo, é natural que procuremos saldar, pouco a pouco, a dívida de gratidão e de estima que temos para com ele. Na nossa Constituição vão entrar vários artigos que dizem bem de perto com o nosso soldado e com as famílias dos extintos. É

dos frutos das inesquecíveis campanhas em que se empenhou a totalidade dos paulistas. A seiva da ordem, a vocação da lei, perduram no espírito dos paulistas como elementos vitais que circulam no sangue dos organismos sadios, e preparam assim o ambiente de paz e confiança em que vivem e trabalham as populações da nossa terra. **(2ª Sessão Preparatória em 9 de abril – Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 1, p. 11)**

Durante os trabalhos da Constituinte, por diversas vezes os deputados lembraram, em seus discursos, a Revolução ocorrida poucos anos antes. O Deputado **Dante Delmanto** relatou:

Nós do Partido Constitucionalista, desse partido que traz em seu nome e na sua bandeira o espírito e a força da revolução de 32, queremos agora dar a S. Paulo, juntamente com os nossos nobres colegas da bancada oposicionista, o fruto daquela revolução. Não poderíamos, pois, ao colhermos tais frutos, deixar de ir à residência do embaixador Pedro de Toledo para, como bem propôs o nobre deputado sr. Diógenes de Lima, homenagear na sua pessoa, não apenas o homem que foi o governador constitucionalista de São Paulo, nos momentos sombrios da arrancada gloriosa de 32, mas também todos os que, com ele, tudo sacrificaram pela causa do nosso Estado.

Homenageando o embaixador Pedro de Toledo, não homenageamos apenas as cãs venerandas do homem que soube conduzir o povo paulista na maior epopeia da história do nosso Estado e quicá do Brasil. Vamos também demonstrar ao embaixador Pedro de Toledo e a S. Paulo inteiro que, ainda hoje, nesta casa, onde, num ambiente de cavalheirismo e de amizade, se iniciam os trabalhos de organização da nossa carta constitucional; nesta casa onde já os dois líderes declararam que não há perrepistas nem peceístas, mas apenas paulistas

dispostos a dar a S. Paulo uma constituição que seja um padrão da nossa cultura, da nossa organização, da nossa capacidade política – ainda vive, palpita e estua, quente de entusiasmo e de sinceridade, aquele espírito nobre que nós levamos para a luta em 1932 e que sobrevive a revolução constitucionalista, no momento em que o país e S. Paulo se organizam novamente sob o ponto de vista constitucional, porque, como bem disse em aparte o ilustre deputado sr. Alberto Americano, nós conquistamos a reconstitucionalização do país e do Estado com a nossa revolução. **(5ª Sessão Ordinária, em 16 de abril de 1935 - Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 1, p. 37)**

O Deputado **Souza Nazareth**, que chegou a ser exilado por conta de seu engajamento na Revolução, relembrou na tribuna os sentimentos em 32:

Não eram homens que impulsionavam a onda avassaladora e insopitável; não eram partidos políticos que atiravam à fôrnelha da rebelião apenas seus adeptos; não eram interesses materiais que atraíam para a coragem uma multidão de criaturas serenas e conscientes. Eram fatores diversos que, numa convergência feliz e momentânea, confundiam-se em resultante única, capaz de, como um ariete, dismantelar os fortins em que se encastelavam os nossos inimigos, dentro de nossa própria terra. (...) Eram fatores de ordem moral, de ordem política, de ordem econômica.

Todos sentiam a cooperação de todos, sem distinção de classes, de partidos, de credos religiosos, de idades ou de interesses. A ideia era uma só, e a finalidade uma só também. Partisse de onde partisse um gesto de apoio, uma palavra de fé, um grito de desabafo, o grito, a palavra, o gesto, eram

¹Perrepistas: designa os partidários do Partido Republicano Paulista.
Pecéístas: partidários do Partido Constitucionalista.

por esse motivo que, tratando-se de erigir um monumento, para derradeira morada daqueles nossos companheiros, e outro que perpetue a memória dos que não voltaram, e seja testemunho eterno do brio e dignidade dos nossos filhos, se pediu a consignação, no orçamento, da importância de 500:000\$000 para as obras que se vão iniciar.

Estou convencido, srs. Constituintes, de que essa ideia, nascida no espírito de alguns, é a ideia de todos, e fico satisfeito por poder, neste momento, ter evocado ligeiramente a memória dos nossos companheiros, que hão de servir de exemplo aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos. **(3ª Sessão Extraordinária Noturna, 5 de julho de 1935 – Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 2, p. 455)**

Em longo e melancólico discurso, **Alfredo Ellis** relembrou a derrota vivida pelas tropas paulistas na cidade de Cunha.

Sr. Presidente, raras vezes, na minha vida, eu senti uma emoção tão forte, um fremito tão potente de civismo como o que hoje me foi dado sentir, de manhã, às 10 horas, nesta capital, na igreja de Santo Antônio. É que, Sr. Presidente, foram trazidos, dos penhascos enrocados de Cunha, dessa Cunha maravilhosa de lendas mil, que tangem como bronze no coração de todos nós, os restos mortais daqueles que haviam tombado na guerra santa de 32 pelo bem do nosso adorado S. Paulo, pela liberdade da nossa terra idolatrada, pela autonomia da nossa sacrosanta Piratininga.

Eu entrava na igreja e, sobre as urnas ebônicas, a bandeira da treze listas se estendia como um manto glorioso, sob aquele ar impregnado de incenso que ungia os restos mortais daqueles nossos adorados irmãos de armas, e um halo de misticismo pairava no espaço. O ambiente saturado daquele canto orfeônico que nos embalsamava a alma no respeito mais sacrosanto, parecia um misto entre o

civismo austero e religioso e o entusiasmo comovedor e dorido, que nos empolgava naquele instante. Eu revia, naquelas urnas, todos aqueles momentos miraculosos de que fui testemunha em Cunha, nesses dias tenebrosos e redoirados da nossa guerra.

Alvorecia o dia 15 de agosto de 1932, esse dia suave, que os crentes católicos dedicam com unção à Virgem, e o ribombar do canhão inimigo vomitava sobre nós, nas trincheiras de Cunha, toneladas de aço, com que a ditadura esperava sufocar a alma paulista, que parecia explodir em frêmitos de heroísmo, de que todo S. Paulo foi testemunha envaidecida e de que hoje todos nos recordamos com ufania.

Esse ribombar dos canhões inimigos durou até 20 de agosto, e, eu via os estouros dos petardos contrários levantar, a seis metros de mim, colunas de terra e fumo. Então, foi aquela onda de paulistas em demanda da vitória de Cunha e eu vi tombarem ao meu lado aqueles heróis, cujos corpos estão inanimados na igreja de Santo Antônio. Eles iam, como predestinados, na via gloriosa: morrer por S. Paulo!

Ainda tenho na retina aquele fremito de horror que sentimos quando as balas encarniçadas do inimigo fizeram tombar esses nossos irmãos de armas. Ainda sinto o rumor do baquear surdo de seus corpos no solo sagrado de nossa terra. Ainda vejo aquelas cenas de horror, daqueles instantes em que caíam sobre as nossas linhas o ferro e o fogo da metralha, quando os nossos soldados avançavam, impávidos e indômitos.

Eu também tombei, Sr. Presidente, e, depois, vi o cadáver apunhalado do meu ideal ser arrastado, pelos campos de Piratininga, pela espada implacável do vencedor. E é por isso que trago sempre na alma esse travo amargo, de não ter lavado aquele sentimento que me impeliu aos campos de batalha. É por isso que eu acho que não devemos perdoar, não esquecer, nem transigir, repetindo as palavras miraculosas de Alcântara Machado. Esse terá de ser nosso lema de Macchabeus de Piratininga.

Hoje, precisamente neste instante, estão

acolhidos pela terra de S. Paulo os corpos daqueles imortais heróis que tombaram nas agruras de Cunha, a vitoriosa e sobre cuja lápide se poderiam inscrever aquelas mesmas palavras que Leônidas teve gravadas nos túmulos dos espartanos das Thermopilas: “Parai, viandantes! Ide dizer a Esparta que aqui tombaram heróis pela liberdade de sua pátria”.

Assim também, esses paulistas merecem essa inscrição na lápide que há de ficar imorredouramente gravada no coração paulista.

Eu quero que estas minhas palavras sejam o ecoar do meu adeus comovido a esses meus irmãos de armas, tombados na vereda da glória: - a esses que, ombro a ombro comigo, peregrinaram pelos sangrentos campos de batalha.

Eu quero que as minhas palavras sejam o eco dos últimos e dolentes acordes do clarim da despedida, essa despedida que clama, até o além-túmulo, a dizer às almas desses heróis tombados que o nosso ideal não morreu. Ele mora com a nossa saudade, no templo do nosso amor a S. Paulo. **(70ª Sessão Ordinária, em 6 julho de 1935 - Anais da Assembleia Constituinte de 1935, vol. 2, p. 560)**

Finalmente, em 9 de julho de 1935 foi realizada a Sessão Solene de Promulgação da Constituição. A Revolução Constitucionalista foi lembrada pelo Presidente, sr. **Benedicto Montenegro**:

Ao declará-la promulgada, congratulo-me com as autoridades governamentais, com os nobres deputados que a elaboraram e com o povo paulista cujos anseios pela volta ao regime normal da lei se convertem, hoje, em palpitante realidade.

Não podia a gloriosa data de 9 de julho ser comemorada com maior brilhantismo do que outorgando à nobre gente piratiningana a carta magna pela qual tão denodadamente se bateu, pela imprensa, em conferências e comícios, até

chegar ao extremo de levantar-se em armas para impor sua soberana vontade.

Quando se considera que os brasileiros sinceros já souberam reconhecer a exata significação da arrancada paulista de 32, é gratíssimo a S. Paulo assinalar o anseio fremente com que o país inteiro volve os seus olhos para a obra de restauração da lei, na vida nacional.

E, se o Brasil goza das prerrogativas de país constitucionalizado, e se todos os Estados da nação, sucessivamente, vão se constitucionalizando, não há negar, e todos os reconhecem, mesmo aqueles que, por convicção ou por obrigação, nos combateram em 32, devemos-lo à maior da epopeias nacionais, à mais fulgurante página de civismo escrita na história da pátria – a revolução constitucionalista. **(Anais da**



Charge de Del Rio, de 1935, retratando o parlamento paulista.

²O Presidente da Assembleia Constituinte era o Sr. Deputado Laerte de Assumpção, mas devido à moléstia repentina do presidente efetivo, o Sr. Deputado Benedicto Montenegro assumiu a presidência da Sessão Solene de Promulgação da Constituição.

Os Anais do Império até os anos da década de 30 estão disponíveis para consulta física na Divisão de Acervo Histórico. Os Anais de 1869, 1870, 1872, 1873, 1876, 1888 e 1889 já estão digitalizados e acessíveis na página: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/anaisImperio.htm>

As ementas dos discursos pós-47 estão disponíveis no portal da Assembleia Legislativa no seguinte link: <http://www.al.sp.gov.br/geral/busca/BuscaDocumentosPos47.jsp>.

A íntegra dos discursos pode ser pesquisada no Diário Oficial da época, pelo site: www.imprensaoficial.com.br ou pessoalmente na Divisão de Acervo Histórico. A íntegra dos discursos dos deputados na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pode ser acessada física ou eletronicamente na Divisão de Acervo Histórico.